

INSTITUTO FEDERAL: UMA ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE JEQUIÉ-BAHIA.

André dos Santos Rocha*

Antonio Mascarenhas da Ressurreição**

RESUMO

Não se pode negar que o Brasil é um país em pleno desenvolvimento, e isso nos leva a refletir sobre a função estratégica dos programas e ações adotados pelo poder público na implementação de políticas públicas voltadas para a formação profissional dos cidadãos, tendo como foco a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais. Neste sentido, o tema proposto neste trabalho tem como abordagem geral a política de expansão e de interiorização da rede federal de ensino profissional, científico e tecnológico como um pressuposto para o desenvolvimento socioeconômico local e regional, todavia o principal objetivo deste artigo é se restringir à reflexão sobre a importância estratégica da implantação de um novo *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), no município de Jequié, como alternativa para o desenvolvimento socioeconômico local, levando-se em consideração fatores como a trajetória histórica da Educação Profissional no país e no estado da Bahia, a proposta de expansão e a interiorização da rede federal de ensino profissional, científico e tecnológico, o cenário socioeconômico em que está inserido o município, e as perspectivas e possibilidades de desenvolvimento. Para tanto se fez necessária à avaliação dos programas, projetos e ações dos governos federal, estadual e municipal; a análise e comparação de dados oficiais; consultas à legislação e normas correlatas; leituras de jornais, artigos, revistas, bibliografias e demais trabalhos relacionados ao assunto, além da coleta de depoimentos diversos. Com os resultados obtidos neste estudo ficou evidenciada a relevância da criação de um novo *campus*, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), no município baiano de Jequié, enquanto alternativa estratégica para o desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Educação Profissional. Desenvolvimento.

*1. Mestre em Administração - Universidade Federal da Bahia (UFBA). 2. Especialista em Gestão Pública – UNEB. 3. Licenciado em Ciências Sociais – UFBA .4. Servidor e Chefe do Departamento de Administração de Pessoal do Instituto Federal da Bahia–IFBA. 5. Email:tccadm10@gmail.com

**1.Especialista em Gestão Pública – Universidade do Estado da Bahia - UNEB. 2. Administrador – Universidade Salvador - UNIFACS. 3.Consultor da Incubadora de Negócios – UNIFACS. 4.Email:tom.admdempresas@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A educação, enquanto política pública, ainda se constitui no caminho mais curto para se alcançar o desenvolvimento em qualquer que seja a sua dimensão. Na sociedade moderna, em constante transformação, a quantidade de fontes e o volume de informações disponíveis exigem das pessoas cada vez mais capacidade de acumulação de conhecimentos técnicos e científicos que atendam às novas demandas existentes e às previstas. A esse respeito se posicionam Fidalgo & Fidalgo (2007, p. 29), no sentido de que [...] a educação tem sido reforçada como o instrumento capaz de conduzir à formação dos indivíduos que já compõem ou que ainda serão assimilados pela “nova” sociedade, ainda em construção. Este artigo tem como propósito avaliar a importância estratégica da implantação de um novo *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, no município de Jequié, enquanto política pública de desenvolvimento local e regional, tendo como perspectiva as possibilidades de redução das taxas de desemprego e do analfabetismo tecnológico da população, de qualificação da mão-de-obra, de melhoria dos níveis de escolaridade e qualidade de vida da população do município.

O trabalho foi desenvolvido seguindo uma ordem lógica de abordagem distribuída nos seguintes tópicos: Trajetória histórica da Educação Profissional no Brasil; A Educação Profissional na Bahia; Formação profissional como incentivo ao desenvolvimento (Políticas públicas e desenvolvimento regional); Cenário e desenvolvimento do município de Jequié (O cenário socioeconômico local e regional; Um Instituto Federal no município de Jequié) e, por fim, as Considerações finais. Neste contexto foram analisados os programas, projetos e ações de governo, voltados para a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, contemplados no Plano Plurianual (2008-2011) nacional, a estratégia de fomento do desenvolvimento econômico da Bahia, estabelecida no Plano Plurianual (2008-2011) estadual, os programas executados pela Prefeitura Municipal de Jequié, através das suas Secretarias Municipais, e dados relativos ao cenário socioeconômico local e regional.

Além desses documentos, considerou-se também, as justificativas apresentadas pela Prefeitura Municipal de Jequié para a implantação de uma unidade do Instituto Federal naquela cidade. A intenção deste trabalho é destacar a relevância desse projeto de criação de um novo *campus* no referido município baiano, enquanto alternativa para o seu desenvolvimento e dos demais municípios que fazem parte do mesmo território. A pesquisa teve um caráter qualitativo, cujos resultados alcançados foram fundamentados na apuração de dados oficiais, consultas à legislação e normas correlatas; entrevistas e depoimentos; leituras

de jornais, artigos, revistas, bibliografias e outras publicações relacionadas ao assunto. Por fim, concluiu-se que as estratégias propostas são adequadas e viáveis para se alcançar os objetivos pretendidos e, em especial, para a promoção do desenvolvimento local e regional.

2. TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

A Educação Profissional teve início no século passado, na gestão do então presidente Nilo Peçanha, com a publicação do Decreto nº 7.566, de 23/09/1909, criando dezenove Escolas de Aprendizes e Artífices, dezoito delas localizadas nas capitais e uma no município de Campos- Rio de Janeiro. O objetivo era não apenas habilitar os filhos dos desfavorecidos economicamente com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos do trabalho proveitoso, que os afastaria da ociosidade ignorante que pode gerar vícios e crime. A partir de então a Educação Profissional vem passando por sucessivas transformações, todas caracterizadas por uma orientação político-ideológica norteadora das ações do poder dominante.

[...] Isso significa dizer que no Brasil essa Educação Profissional, como proposta de Política Pública, sempre esteve a serviço dos interesses do Estado, que por sua vez, sob os auspícios do regime republicano estruturado à luz dos fundamentos do liberalismo, tem na mediação desses interesses a ótica do capital. (SILVA, 2011, p. 2).

Em 1942 as Escolas de Aprendizes e Artífices são transformadas em Escola Industriais e Técnicas, passando a oferecer formação profissional em nível equivalente ao secundário, dando continuidade ao processo de preparação da mão-de-obra para o processo produtivo, seguindo a linha de atender aos interesses do capital. A partir daquele ano se inicia o processo de inserção do ensino industrial à estrutura do ensino formal do país. No ano de 1959 se inicia o processo de transformação das Escolas Industriais e Técnicas em autarquias, que passam a ter autonomia didática e de gestão. Com a mudança elas passaram a serem denominadas Escolas Técnicas Federais. Esse processo de evolução das instituições de Ensino Profissional no Brasil resultou, em 1978, na transformação de três Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET-MG, CEFET-RJ e CEFET-PR), representando autonomia para ofertar ensino superior e a função de formar engenheiros de operação e tecnólogos em diversas áreas. Em seguida, por força da Lei nº. 8.948, de 08/12/1994, foi criado o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, e as Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais, gradativamente, transformadas em Centros Federais, mas esse dispositivo legal só veio a ser regulamentado em 1997 com a publicação do Decreto nº. 2.406, de 27/11/1997. Em 1996 foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei

nº 9.394, de 20/12/1996), e no ano seguinte o Decreto nº 2.208, de 17/04/1997, regulamentando os artigos referentes à Educação Profissional. Conhecida como “*Reforma da Educação Profissional*”, foi concebida seguindo a lógica do “*Estado Mínimo*”. As mudanças estabelecidas pela nova norma criaram amarras que atingiram diretamente as instituições federais. Por fim, a partir do governo Lula (2003–2010), esse panorama passou a ser visto com outros olhos.

[...] Este promoveu a implementação de políticas públicas mais focadas nas questões sociais, deixando clara a opção pela concepção de um Estado grande, preocupado com as desigualdades sociais e a melhoria da qualidade de vida do povo. Elegeu, assim, a Educação Profissional como instrumento de promoção e inclusão social da grande massa de jovens e adultos que em todo o país esperavam por uma oportunidade e pela presença efetiva do poder público na região em que habitavam. (SILVA, 2011, p. 4).

Assim, a Educação Profissional no Brasil passou a ser entendida como política pública de valorização humana, de inclusão social e promoção da cidadania, libertando-se da exclusividade da lógica do capital. Em 2004, foi publicado o Decreto nº. 5.154, de 23/07/2004, que revoga o Decreto nº. 2.208/97, estabelecendo novas diretrizes para a Educação Profissional no país e, finalmente, em 2008, com a publicação da Lei nº. 11.892, de 29/12/2008, criou-se a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, caracterizada pela fusão dos Centros Federais com as Escolas Agrotécnicas Federais, ou pela transformação destes em Institutos Federais, com estruturas *multicampi* e ramificações projetadas para alcançar todo o país.

3. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA BAHIA

Na Bahia, a primeira Escola de Aprendizizes e Artífices foi fundada em 1910. Ao longo de um século de existência essa Escola passou por inúmeras mudanças referentes à sua estrutura física, as modalidades e ofertas de cursos, sua nomenclatura e natureza jurídica. Em 1937, passou a se chamar Liceu Industrial de Salvador, em 1942 recebe o nome de Escola Técnica de Salvador (ETS), em 1965 passou a Escola Técnica Federal da Bahia (ETFBA), com autonomia didática, de gestão e intensificando a formação de Técnico, cuja mão-de-obra era indispensável diante da aceleração do processo de industrialização da época. Posteriormente, com a publicação da Lei nº. 8.711, 28/09/1993, incorporou o Centro de Educação Tecnológica da Bahia (CENTEC), transformando-se em Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET-BA), gozando da prerrogativa de oferecer cursos do ensino superior, com o papel de formar engenheiros e tecnólogos em diferentes áreas profissionais. Finalmente, em 2008, recebe o nome de Instituto Federal de Educação, Ciência

e Tecnologia da Bahia (IFBA). Com *status* de Universidade passa a possuir uma nova estrutura *multicampi*, baseada na descentralização e na autonomia administrativa e financeira, o que resultou na transformação das antigas Unidades de Ensino Descentralizadas¹ em *campus*. Com a política de reestruturação, ampliação e interiorização da rede, prevista no Plano Plurianual (PPA 2008-2011), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia foi contemplado, em 2009, com a autorização para construção de mais sete novos *campi*, além dos nove já existentes, passando a ser uma estrutura composta por dezessete *campi* e uma reitoria. Atualmente o IFBA possui *campus* nos municípios de Barreiras, Camaçari, Eunápolis, Feira de Santana, Ilhéus, Irecê, Jacobina, Jequié, Paulo Afonso, Porto Seguro, Salvador, Santo Amaro, Seabra, Simões Filho, Valença e Vitória da Conquista. Com previsão de implantação nos municípios de Brumado, Euclides da Cunha, Juazeiro, Lauro de Freitas e Santo Antonio de Jesus. Importante destacar também, que a Educação Profissional no estado da Bahia, ainda contempla o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBaiano), instituição essa resultante da fusão das quatro antigas Escolas Agrotécnicas Federais (Catu, Santa Inês, Senhor do Bonfim e Guanambi). Essa Instituição está presente também nos municípios de Itapetinga, Teixeira de Freitas, Uruçuca, Valença, Bom Jesus da Lapa, Governador Mangabeira, com previsão de implantação também, até 2014, nos municípios de Alagoinhas, Itaberaba, Serrinha e Xique-Xique.

4. FORMAÇÃO PROFISSIONAL COMO INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO

A necessidade de industrialização associada à idéia de desenvolvimento econômico levou a maioria dos países do mundo a uma busca exagerada de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). O conceito de desenvolvimento econômico foi freqüentemente confundido com o conceito de crescimento econômico. Essa lógica, ao longo dos anos, causou danos irreversíveis à humanidade. Evidentemente que não se pode pensar em desenvolvimento econômico sem crescimento econômico, entretanto não se deve confundirlos, pois possuem conceitos completamente distintos. Segundo Troster & Morcillo, (2004, p. 333). [...] O Desenvolvimento é o processo de crescimento de uma economia ao longo da qual se aplicam novas tecnologias e se produzem transformações sociais, que acarretam uma melhor distribuição de riqueza e renda. Vê-se, então, que este conceito é bastante abrangente, indo muito além da ideia de crescimento econômico. A grande concentração de riquezas nas

¹*Unidade de Ensino Descentralizada* é uma unidade de ensino pertencente à estrutura de um Centro Federal de Educação Tecnológica, dependente administrativa, orçamentária e financeiramente, e geralmente fica localizada fora do município sede da escola.

mãos dos poucos proprietários dos meios de produção, o desgaste e degradação das classes trabalhadoras e o aumento da miséria no planeta, são algumas das consequências desse processo. Essa proposta de desenvolvimento associada, quase que exclusivamente, ao crescimento econômico não contemplou, por exemplo, a melhoria nos níveis de ensino e qualificação profissional, nas condições de moradia, na distribuição de renda, nos programas de previdência e assistência social, nas condições de saúde da população e nos serviços de saneamento ambiental e, portanto, na qualidade de vida das pessoas.

Ao contrário, se concentrou tão somente no aumento da produção e no acúmulo de riquezas. Atualmente a falta de mão-de-obra qualificada é apontada como uma das principais consequências desse processo e, talvez, o principal problema enfrentado pela classe trabalhadora e pelo próprio mercado de trabalho, pois apesar da intensa demanda, faltam trabalhadores qualificados em diversos setores ou seguimentos da economia, e isso se configura num dos obstáculos à continuidade do crescimento econômico de países como o Brasil. No dia 06 de abril de 2011, o jornal Folha.com noticiou que “A falta de mão de obra qualificada afeta 69% das empresas, segundo pesquisa divulgada nesta quarta-feira pela CNI (Confederação Nacional da Indústria)”, o que remete a uma situação extremamente preocupante.

A matéria ainda destaca que “Embora todas as áreas e categorias profissionais sejam atingidas por esse gargalo, a área de produção, principalmente operadores e técnicos, é a mais prejudicada”. Isso demonstra claramente que o país apresenta uma grande carência de “capital humano”, se constituindo numa limitação para o seu desenvolvimento, e que as autoridades brasileiras precisam direcionar as políticas públicas no sentido de fomentar o ensino técnico e profissionalizante no país, principalmente nas regiões mais pobres.

Segundo Troster & Morcillo, (2004, p.337) definem “capital humano” como sendo “a quantidade de conhecimentos técnicos e qualificações que a população trabalhadora de um país possui conhecimento que procede da educação formal e da formação no trabalho”. Historicamente a região Nordeste do Brasil sempre apresentou os piores indicadores educacionais, sendo considerada uma das mais carentes de recursos humanos qualificados, com altas taxas de analfabetismo funcional e deficiência de laboratórios de pesquisa, sendo que os municípios localizados no interior são ainda os mais afetados pela ausência do poder público, principalmente em relação à oferta de educação, emprego e mão-de-obra qualificada. Dados esses, que podem ser observados, em parte, na Tabela 1.

TABELA 1: Taxa de Analfabetismo, Taxa de Analfabetismo Funcional, Média de anos de estudos das pessoas de 15 anos ou mais. Brasil, Nordeste e Bahia, 2009-2010.

DIMENSÃO	Taxa de Analfabetismo Pessoas de 15 anos ou mais ⁽¹⁾	Taxa de Analfabetismo Funcional Pessoas de 15 anos ou mais	Média de anos de estudos das pessoas de 15 anos ou mais
	(%)	(%)	(%)
Bahia	16,6	30,6	6,3
Nordeste	19,1	30,8	6,3
Brasil	9,6	20,3	7,6

Fonte: IBGE - Síntese de Indicadores Sociais - 2010

(1) IBGE - Resultados Preliminares do Universo do Censo Demográfico 2010

Num mundo tão globalizado e complexo uma das principais consequências dos reduzidos níveis de escolaridade, da falta de capacitação profissional e qualificação de mão-de-obra é o aumento contínuo das taxas de desemprego.

4.1 Políticas públicas e desenvolvimento regional.

Importante se faz destacar que, ao longo de 100 anos de sua existência, a Educação Profissional no Brasil evoluiu em função dos interesses do processo produtivo, seguindo a lógica do capitalismo. Só a partir de 2003, com a nova orientação político-ideológica, é que a Educação Profissional passou a ocupar espaço privilegiado no contexto das políticas públicas, como forma de valorização do indivíduo, inclusão social e promoção da cidadania. Prova disso se verifica no Plano Plurianual do Governo Federal, referente ao quadriênio 2008-2011, que apresenta investimentos na formação de recursos humanos e, conseqüentemente, a possibilidade de fortalecimento da capacidade produtiva, através do programa estratégico denominado “Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica”.

Esse programa contempla projetos e ações que visam à reestruturação e a ampliação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e tem como objetivo ampliar a oferta de cursos de nível técnico e tecnológico tendo como público-alvo os jovens e adultos que buscam formação profissional, técnica e superiores tecnológicos. Na definição das áreas que deverão ser contempladas com novas unidades de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são considerados aspectos econômicos, demográficos, socioambientais, culturais e geográficos. Além disso, metas de universalização do atendimento a territórios da cidadania e a cidades-pólo com mais de 50 mil habitantes, interiorização da oferta de educação profissional, e a quantidade de habitantes em situação de extrema pobreza, influenciaram a escolha das cidades que já receberam ou ainda receberão novas Escolas Federais. Uma das ações estratégicas deste programa é a construção do *campus* Jequié. Seguindo na mesma trilha, o programa Brasil Profissionalizado objetiva fortalecer as redes estaduais de ensino profissional e tecnológico, através de repasses de recursos federais para os estados investirem

em suas Escolas Técnicas. Na esfera estadual, o Governo do Estado da Bahia estabeleceu, como uma das diretrizes governamentais, a garantia da Educação Pública de qualidade e comprometida com as demandas de aprendizagem do cidadão, através do programa “Expansão da Educação Profissional e Tecnológica”. O propósito é ofertar Educação Profissional e Tecnológica nas modalidades subsequente, concomitante e integrada, nos níveis básico, técnico e de qualificação profissional, em articulação com os projetos de formação profissional do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho.

Ainda no mesmo sentido, agora na esfera municipal, alguns programas executados pela Secretaria de Desenvolvimento Social de Jequié se complementam com os programas dos governos federal e estadual supracitados, merecendo ênfase o programa “Geração de Emprego e Renda”, cujo princípio básico é a inclusão social através do trabalho, da oportunidade de uma nova renda, visando à melhoria da qualidade de vida do cidadão e de seus familiares. São objetivos do referido programa a profissionalização e capacitação de pessoas para inserção no mercado de trabalho; agregar valor na geração de renda com o aumento da produtividade; ampliação de mercado e da qualidade dos serviços e produtos comercializados e benefícios para o público-alvo da comunidade no setor informal que não tem uma capacitação adequada. Além deste, e não menos importante, o programa “Projovem Trabalhador”, que tem como objetivo preparar o jovem para ocupações com vínculo empregatício ou para outras atividades produtivas geradoras de renda, por meio da qualificação social e profissional e do estímulo à sua inserção no mundo do trabalho. Ressalte-se também que outros programas oficiais como, por exemplo, “Luz para Todos”, desempenham papéis importantes no processo de desenvolvimento, na medida em que melhoram a qualidade de vida das pessoas e geram novas demandas locais por profissionais especializados, induzindo à abertura de novos postos de trabalho, principalmente para aqueles profissionais que possuem habilidades e conhecimentos técnicos.

5. CENÁRIO E DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE JEQUIÉ

O município de Jequié está localizado à região Sudoeste da Bahia, na zona limítrofe entre a Caatinga e a Zona da Mata, aproximadamente a 365 km de Salvador. Possui uma população estimada em 151.895 habitantes, distribuída numa área territorial de 3.227Km², dos quais, 139.426 residem na zona urbana e 12.469 na zona rural, com uma média de 3,33 moradores em domicílios particulares ocupados, segundo dados do Censo Demográfico 2010, fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É cidade-pólo do Território de Identidade do Médio Rio de Contas, conforme nova divisão regional

estabelecida pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), que congrega 16 municípios e abrange uma área total de 10.034,11 Km², com uma população estimada em 365.959 habitantes, contudo a sua abrangência não se limita à sua cobertura oficial, alcançando outros 39 municípios que, embora não façam parte do referido território, estão localizados no seu entorno. A sua localização geográfica é o principal fator de convergência desses municípios, com grande potencial de oportunidades educacionais para o desenvolvimento socioeconômico local e regional, e o que a transforma num importante centro socioeconômico da região. Segundo dados do IBGE, o município de Jequié possuía, em 2009, um total de 117 estabelecimentos prestadores de serviços de saúde, com 576 leitos para atendimento da população local e regional. Em 2010, existiam cinco agências bancárias no município, o que sugere circulação de recursos financeiros na região.

Os Arranjos Produtivos Locais se caracterizam pela diversidade dos setores produtivos, merecendo destaque os setores de agricultura, indústria, comércio e serviços. Merece ênfase também a quantidade de empresas estabelecidas no município. Com um total de 2.871 unidades locais, sendo 2.776 empresas atuantes no mercado, essas empresas são responsáveis pela ocupação total de 22.924 pessoas, com 19.289 trabalhadores assalariados, tendo como salário médio mensal o equivalente a 1,9 salários mínimos, segundo dados do IBGE (2009). O estágio de desenvolvimento do município pode ser analisado a partir da avaliação dos Índices de Desenvolvimento Econômico (IDE) e Social (IDS) e da evolução do Produto Interno Bruto (PIB) e Produto Interno Bruto *per capita* (PIB *per capita*) demonstrados nas tabelas 2 e 3, logo abaixo:

TABELA 2: Índice de Desenvolvimento Econômico, Social e PIB – Bahia, 2006.

DIMENSÃO	IDE	IDS	PIB (R\$1.000.000,00)
Feira de Santana	5.152,89	5.135,77	3.853,35
Jequié	5.057,82	5.117,22	1.132,99
Salvador	5.678,10	5.276,69	24.072,40
Vitória da Conquista	5.100,70	5.157,98	1.994,78
Médio Rio de Contas	4.980,09	5.016,55	1.835,40

Fonte: Índice de Desenvolvimento Econômico e Social dos Municípios Baianos/SEI – 2008

TABELA 3: PIB e PIB *per capita* a preços correntes – Bahia, 2008.

DIMENSÃO	PIB (R\$1.000,00)	PIB <i>per capita</i> (R\$)
Feira de Santana	5.263.533	9.005,24
Jequié	1.387.792	9.230,34
Salvador	29.668.442	10.061,42
Vitória da Conquista	2.619.936	8.346,46

Fonte: IBGE - 2008

A Tabela 2 demonstra que, em 2006, o município de Jequié, embora apresentasse os piores índices de desenvolvimento econômico e social dentre os municípios verificados, ainda

se apresentava acima da média dos municípios pertencente ao Território de Identidade Médio Rio de Contas, do qual faz parte. Todavia, no que se refere ao PIB, o município de Jequié contabilizava um montante inferior aos demais municípios, entretanto era responsável por 61,73% do PIB de todo o Território de Identidade Médio Rio de Contas. Enquanto na Tabela 3, que apresenta dados coletados em 2008, se observa que o município de Jequié, embora com uma discreta evolução no seu PIB, ainda manteve um montante inferior aos demais municípios observados. Porém o dado mais relevante a ser destacado é o resultado do PIB *per capita* do referido município que apresenta valor superior aos dos municípios de Feira de Santana e Vitória da Conquista. No entanto, se considerarmos que os índices de desenvolvimento econômico e social desses municípios são superiores aos do município de Jequié, concluiremos que há sérios problemas com relação à distribuição de renda. Outros fatores importantes a serem observados dizem respeito à capacidade de ofertar emprego formal e ao rendimento médio praticado no município. A Tabela 4 apresenta dados relativos aos municípios que fazem parte do Território de Identidade Médios Rio de Contas.

TABELA 4: Estoque, rendimento médio e participação no estoque do emprego formal nos municípios do Território de Identidade Médio Rio de Contas – Bahia, 2009.

MUNICÍPIO	ESTOQUE	RENDIMENTO MÉDIO	PERCENTUAL (%)
Aiquara	411	693,56	1,13
Apuarema	416	835,47	1,22
Barra do Rocha	509	814,35	1,41
Boa Nova	153	682,07	0,42
Dário Meira	615	721,79	1,74
Gongogi	452	641,63	1,26
Ibirataia	1.782	847,89	5,03
Ipiaú	5.352	1.197,89	14,82
Itagi	808	860,36	2,23
Itagibá	1.647	1.534,22	4,6
Itamari	509	768,23	1,39
Jequié	19.564	898,70	54,49
Jitaúna	740	806,45	2,05
Manoel Vitorino	823	909,10	2,31
Nova Ibiá	384	802,60	1,05
Ubatã	1.747	755,30	4,84
TOTAL	35.912	946,07	100

Fonte: MTE-RAIS 2009. Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes.

A Tabela 4 evidencia que o município de Jequié é, sem sombra de dúvidas, o mais importante centro gerador de emprego e renda do Território de Identidade Médio Rio de Contas, representado 54,49% de toda a oferta de emprego formal do referido território. Possivelmente, esse foi um dos fatores mais relevantes que levou o governo federal a contemplar esse município com uma unidade do Instituto Federal. No que se refere ao

desenvolvimento humano no município de Jequié, os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), demonstrados nas pesquisas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1991 e 2000, conforme Tabelas 5 e 6, fornecem informações que, em termos absolutos, colocam o município numa situação razoável na comparação com os índices da dimensão Brasil, e boa se comparados com os índices da dimensão Bahia, exceto no quesito IDH-M – Renda.

TABELA 5: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 1991 – 2000.

DIMENSÃO	IDH-M		IDH-M - Educação		IDH-M - Longevidade		IDH-M - Renda	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Bahia	0,590	0,688	0,615	0,785	0,582	0,659	0,572	0,620
Feira de Santana	0,659	0,740	0,751	0,861	0,603	0,697	0,622	0,663
Jequié	0,603	0,694	0,638	0,803	0,622	0,680	0,548	0,598
Salvador	0,751	0,805	0,856	0,924	0,679	0,744	0,719	0,746
Vitória da Conquista	0,601	0,708	0,650	0,801	0,555	0,663	0,598	0,661
Brasil	0,696	0,766	0,745	0,849	0,662	0,727	0,681	0,723

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil /PNUD

TABELA 6: Percentual de variação do IDH-M entre os anos de 1991 - 2000

DIMENSÃO	IDH-M	IDH-M - Educação	IDH-M - Longevidade	IDH-M - Renda
	(%)	(%)	(%)	(%)
Bahia	16,61	27,64	13,23	8,39
Feira de Santana	12,29	14,65	15,59	6,59
Jequié	15,09	25,86	9,32	9,12
Salvador	7,19	7,94	9,57	3,76
Vitória da Conquista	17,80	23,23	19,46	10,54
Brasil	10,06	13,96	9,82	6,17

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil /PNUD

As Tabela 5 e 6 sinalizam a evolução dos índices de desenvolvimento humano do Brasil, da Bahia e de alguns municípios baianos, verificados nos anos de 1991 e 2000, onde pode-se observar o processo de desenvolvimento socioeconômico do município de Jequié ao longo desse período, assim como as demais dimensões observadas. Logo, se comparados os dados individualmente, entre o ano de 1991 e 2000, pode-se concluir que, em termos relativos, o município de Jequié teve um desempenho melhor no quesito educação, com uma evolução de 25,86% no IDH-M- Educação, e no quesito renda, com uma evolução de 9,12% no IDH-M – Renda. A Prefeitura Municipal de Jequié apresentou, ao governo federal, proposta de candidatura da cidade para implantação do *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, tendo como justificativas, dentre outras, a condição de cidade-pólo do Território de Identidade do Médio Rio de Contas, ter a maior população da referida divisão territorial, a sua posição geográfica no contexto regional, ser o segundo maior

centro econômico da região Sudoeste da Bahia, ter os seus Arranjos Produtivos Locais diversificados, com destaque para a agricultura, indústria, comércio e serviços, o que forma uma sólida e promissora base de desenvolvimento econômico local e regional. Além desses fatores, considerou a importância do poliduto de derivados de petróleo e álcool, que proporcionou a implantação das bases de distribuição de grandes empresas do setor, como Petrobrás, Esso, Ypiranga/Atlantic, Shell, Gás Butano e Minasgás, fazendo desse município o principal centro de distribuição de derivados de petróleo da região, atendendo inclusive, parte do estado de Minas Gerais e Espírito Santo.

5.1 Um Instituto Federal no município de Jequié.

As demandas crescentes por formação profissional, por difusão do conhecimento científico e tecnológico e de suporte aos arranjos produtivos locais, fazem dos Institutos Federais um forte indutor dos processos de desenvolvimento local e regional, e isso tudo antever a sua eficácia enquanto política pública. Esse modelo de instituição de ensino tem como característica o papel de promover o desenvolvimento científico e tecnológico que se volte para a capacitação tecnológica da população, para o fortalecimento dos centros geradores de conhecimento, para a criação de mecanismos inovadores e para sua integração com o setor produtivo. Dentre as diversas finalidades e características dos Institutos Federais destacam-se:

[...] ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. (Lei nº. 11.892, de 29/12/2008).

Assim como:

[...] orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal. (Lei nº. 11.892, de 29/12/2008).

Nesse sentido, a implantação do novo *campus* do Instituto Federal no município de Jequié se apresenta como uma boa alternativa de melhoria da oferta de educação profissional, com vistas no desenvolvimento socioeconômico, portanto:

[...] a educação, em suas dimensões conceituais e prática, tem assumido um papel estratégico para a formação dos trabalhadores, seja do ponto de vista empresarial, que pretende atrelá-la às demandas do mercado, seja para os trabalhadores, que a vêem como uma estratégia capaz de potencializar a valorização de sua própria força de trabalho a ser negociada no mercado de trabalho. (FIDALGO & FIDALGO, 2007, p. 28).

Atualmente o *campus* Jequié oferece os cursos técnicos em Informática e Eletromecânica, ambos nas modalidades Integrada² e Subseqüente³. Tendo, em 2011, 320 alunos matriculados, e se projeta para 2012 oferecer mais 320 novas vagas. Existe também a possibilidade de oferta de um curso de Licenciatura, ainda em 2012, provavelmente em Física ou Computação e outro curso Técnico, na modalidade Integrada, na área de Saúde. Tais cursos representam uma boa oportunidade para a população local e regional, pois com uma formação profissional adequada as pessoas terão mais chances de acesso ao mercado de trabalho. Na verdade, o Instituto Federal, além do papel de capacitar o sujeito para o mundo do trabalho, também tem o dever de oferecer-lhe uma educação de qualidade no sentido de formar o homem crítico, capaz de exercer a sua cidadania plena.

[...] Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu”, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispusesse a constantes revisões. À análise crítica de seus “achados”. A uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão. Que o identificasse com métodos e processos científicos. (FREIRE, 2010, p.97, 98)

Outro aspecto a ser considerado como importante para o desenvolvimento socioeconômico do município é o fato do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia também ser uma fonte geradora de emprego direto e indireto, na composição do seu quadro de pessoal.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elevação dos níveis de escolaridade da população deve ser um objetivo constante a ser alcançado pelos governos em todas as esferas de poder. Todavia, os gestores públicos envolvidos no processo de elaboração de políticas públicas voltadas para a melhoria desses níveis não podem confundir qualidade de ensino com quantidade de alunos portadores de diploma ou certificado de conclusão de curso, pois é muito comum autoridades públicas apresentarem dados estatísticos demonstrando redução das taxas de analfabetismo num determinado estado ou município do país, isso como se fosse uma grande conquista desse ou daquele governante. No entanto, algumas pesquisas apontam para uma situação de insuficiência educacional no Brasil, e isso ocorre com muito mais frequência nas regiões mais pobres do país, em especial na região Nordeste. A Tabela 1 apresenta índices que demonstram

² Integrada é a modalidade de curso técnico que ocorre concomitantemente com o Ensino Médio, e por esse motivo é indicada para alunos que concluíram o Ensino Fundamental.

³ Subseqüente é a modalidade de curso técnico reservado a alunos que já concluíram o Ensino Médio.

claramente essa situação, com registros de altas taxas de analfabetismo funcional no grupo de pessoas de 15 anos ou mais. Na verdade, o nível de escolaridade de uma determinada população estar diretamente associado à qualidade do ensino que lhe é oferecido. Todavia, se faz necessário estabelecer critérios rigorosos de acompanhamento e controle que garantam uma oferta de ensino de qualidade capaz de produzir efeitos positivos quanto à aprendizagem efetiva dos alunos, pois a baixa absorção de conceitos científicos, como consequência da deficiência de aprendizagem em disciplinas críticas, prejudica a inclusão desses indivíduos na sociedade moderna. Assim, diante da sinergia estratégica entre as três esferas do governo é possível inferir a existência de um cenário socioeconômico de vulnerabilidade para o desenvolvimento do município de Jequié e região, tendo na carência de capacitação profissional e qualificação da mão-de-obra um dos principais obstáculos a serem superados. Entende-se também, que todos esses programas estratégicos são reflexos das demandas emanadas da população e dos próprios mercados locais e/ou regionais.

Portanto, a política de pulverização da Educação Profissional pelo interior do estado da Bahia, através da construção de novos *campi* nos diversos municípios baiano, tem se configurado numa alternativa promissora para o fomento do desenvolvimento educacional e socioeconômico, tanto dos municípios contemplados com uma unidade do Instituto Federal, quanto daqueles que fazem parte da mesma divisão territorial, levando-se em consideração que a formação do “*capital humano*” se constitui num fator preponderante e essencial para o alcance das metas de desenvolvimento socioeconômico de qualquer que seja o município, estado ou país.

Logo, o novo *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, oferecerá ao município de Jequié a oportunidade de atingir as condições estruturais necessárias ao seu próprio desenvolvimento, assim como aos municípios circunvizinhos. As demandas são evidentes e esse modelo de instituição de ensino tem o dever de promover as melhorias nos níveis de educação formal, de capacitação profissional e de qualificação da mão-de-obra, e que isso representará um importante veículo de transformação social e de desenvolvimento econômico local e regional. Por fim, pode-se inferir que a escolha do investimento na cidade de Jequié foi apropriada, pois o município apresenta o maior potencial regional para receber um *campus* do Instituto Federal, tendo em vista a sua localização geográfica, a sua relevância no cenário socioeconômico regional, o tamanho da sua população, a sua condição de cidade-pólo e ponto de convergência entre os municípios da região e, principalmente, o seu papel enquanto maior e mais importante centro gerador de emprego e renda de todo o Território de Identidade Médio Rio de Contas.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIA. Lei nº. 10.705, de 14/11/2007. Institui o Plano Plurianual da Administração Pública Estadual, para o período de 2008-2011, e dá outras providências. Disponível em: <www.seplan.ba.gov.br/sgc/arquivos/20100125_103452_3_PPA_LEI.pdf>

BRASIL. Decreto nº. 2.406, de 27/11/97. Regulamenta a Lei nº 8.948, de 08/12/1994. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Quadros/1997.htm>

_____. Decreto nº. 7.566, de 23/09/1909. Cria nas capitais Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: <portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>

_____. Lei nº. 3.552, de 16/02/1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L3552.htm>

_____. Lei nº. 8.711, de 28/09/1959. Dispõe sobre a transformação da Escola Técnica Federal da Bahia em Centro Federal de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1989_1994/L8711.htm>

_____. Lei nº. 8.948, de 8/12/94. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8948.htm>

_____. Lei nº. 9.394, de 20/12/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>

_____. Lei nº. 11.195, de 18/11/2005. Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11195.htm>

_____. Lei nº. 11.653, de 07/04/2008. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11653.htm>

_____. Lei nº. 11.892, de 29/12/2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>

_____. MEC/SETEC. *Chamada Pública MEC/SETEC nº. 001/2007, de 24/04/2007: Apresentação da Proposta da Cidade Pólo de Jequié para implantação do IFBA*. Brasília, 2007.

_____. MEC/SETEC. Instituto Federal: diretrizes e concepções. Brasília, 2009.

FIDALGO, Nara L. R.; FIDALGO Fernando. *Refluxos sociais da lógica de competências: o processo de individualização em foco*. In: *Educação profissional e a lógica das competências*. Petrópolis: Vozes, 2007.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades@*. Disponível em:
<www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

JEQUIÉ. Secretaria de Desenvolvimento Social. *Programa Geração de Emprego e Renda*. Disponível em: <74.53.90.114/~wwwpref/social/programas_geracaoemprego.htm>

_____. Secretaria de Desenvolvimento Social. *Programa ProjovemAdolescente*. Disponível em: <74.53.90.114/~wwwpref/social/programas_projovem.htm>

_____. Secretaria de Desenvolvimento Social. *Programa Projovem Trabalhador*. Disponível em: <74.53.90.114/~wwwpref/social/programas_projovem2.htm>

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>

SEI – Superintendência de Estudos Econômico e Sociais da Bahia. *Índice de Desenvolvimento Econômico e Social da Bahia, 2006*. Disponível em:
<www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=74&Itemid=110>

SILVA, Edvaldo P. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR: *importância para o contexto regional na execução da educação profissional como política pública*. In: Políticas Públicas: limites e possibilidades. São Paulo: Atlas, 2011.

TROSTER, Roberto Luis; MORCILLO, Francisco Mochón. *Introdução à Economia* – edição revisada e atualizada. São Paulo: Pearson Makron Books, 2004.